CORREIO BASTIDORES

POR **RAFAEL OLIVEIRA** (INTERINO)

DIVULGAÇÃO/IDP

Francisco "Chico" Mendes, filho de Gilmar

Uma suprema influência na CBF respinga no STF

Se o Supremo Tribunal Federal (STF) procurava melhorar a imagem, nada poderia chamuscar mais a Corte do que a notícia do envolvimento do ministro Gilmar Mendes com a CBF. Tem viralizado nas redes sociais o resgate das notícias que colocam o filho do ministro na marca do pênalti, inclusive na convocação de Neymar. O efeito explosivo do fracasso do Brasil é de uma bomba atômica.

Em agosto de 2023, o Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), faculdade que tem Gilmar Mendes e seu filho, Francisco "Chico" Mendes, como sócios, firmou um contrato com a CBF.

A proteção dos orixás para o baiano Ednaldo

O então presidente da CBF que assinou o contrato com o IDP, o baiano Ednaldo Rodrigues, foi destituído do cargo pela Justiça do Rio por irregularidades em sua eleição. Ednaldo recorreu ao Supremo Tribunal Federal e a ação caiu sob a relatoria do próprio Gilmar Mendes. O ministro não se declarou impedido, ignorou os pedidos de afastamento e concedeu uma liminar para reconduzir Ednaldo Rodrigues ao cargo.

DIVULGAÇÃO/CBF

Ednaldo Rodrigues, ex-presidente da CBF

O Samir que sumiu...

Quando Ednaldo Rodrigues teve de voltar para a Bahia após sofrer um novo afastamento (definitivo) e desistir de recorrer em 2025, o comando passou para o atual presidente, Samir Xaud, que é ex-aluno do IDP. Ele foi eleito mesmo sob forte rejeição de 32 dos 40 principais clubes do futebol brasileiro. Depois que Léo Dias abriu a caixa de Pandora dos casos amorosos do rapaz, ele sumiu da ribalta em plena Copa do Mundo 2026.

...Quem apareceu foi o Chico

Francisco "Chico" Mendes, filho do ministro, tornou-se a figura de maior poder de bastidor dentro da entidade. Praticamente todas as principais diretorias da CBF (Executiva, Financeira e Jurídica) passaram a ser ocupadas por profissionais vinculados ao IDP.

Pezinho na FIFA

Além de exercer influência direta sobre as decisões internas sem possuir um mandato eletivo na CBF, Francisco Mendes também atua como membro do Comitê Disciplinar da Fifa. Durante o torneio nos Estados Unidos, ele assumiu o papel de liderança da delegação brasileira, consolidando seu trânsito político no futebol internacional.

Algo que a população compreende

Na avaliação dos zeladores de imagens do STF, o envolvimento de um ministro da corte com o desempenho pífio da Seleção na pior participação em um mundial desde 1990 é algo que gruda; e irrespondível pelos fatos registrados pela mídia. Algo pior do que Banco Master com contratos e participação em resorts. É um fato que toca toda a base da população brasileira. O estrago está sendo visto com uma enorme preocupação e o receio do uso como combustível eleitoral é gigante.

Máfia dos ônibus

A faxina no estado do Rio faz parte de um conjunto de ações que coloca na mesma cesta, ou melhor, balaio, a Máfia dos Combustíveis, Máfia do Cigarro, Jogo do Bicho e, agora, a do ônibus. Os próximos capítulos miram não só empresas que atuam na capital do estado, mas em grandes cidades do interior, nas quais a relação de concessionários com os gabinetes de prefeitos estão para lá de promíscuas. No foco principal, a Região Serrana e o Sul-fluminense.

Helicóptero investigado

Um helicóptero de luxo (Mercedes-Benz EC145 Luxury) avaliado em R$ 61 milhões, como foi, nas palavras do seu prioritário, o pastor Márcio Pôncio, um "presente de aniversário para si mesmo" comprado em 2020, está na mira da Polícia Federal como um elo direto de sua ligação com Adilson Oliveira Coutinho Filho (Adilsinho). A Polícia Federal está levantando o uso comum da aeronave pelos dois. Uma verdadeira sociedade secreta.

Desistiu do pastor

O último trabalho do "supersecretário" da Casa Civil e de Governo durante a gestão de Wilson Witzel no estado do Rio de Janeiro foi assessorar e coordenar a campanha do Pastor Márcio Poncio. Cleiton Rodrigues faleceu em junho de 2024 em decorrência de um câncer, anos antes dos desdobramentos da atual fase da Operação Unha e Carne. No meio da campanha, ele jogou a toalha assustado com os bastidores que presenciava.

Troca troca de celular

As lojas e concessionárias da Apple no Rio estão registrando um movimento atípico de venda de novos celulares. A do Village Mall, em um só dia, vendeu mais de 20 aparelhos. Nem no Natal ocorre isso. Na sexta passada, dois deles foram pagos em dinheiro vivo.

VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

Moraes deu 48 horas para tribunais explicarem salários altos

Tribunais não seguem orientação salarial do STF

Contracheques de maio registraram remunerações de até R$ 537 mil

Por **Beatriz Matos**

Contracheques de magistrados com remunerações que chegaram a mais de meio milhão de reais colocaram o Judiciário novamente no centro da discussão sobre os pagamentos salariais em excesso. Após a divulgação das folhas de pagamento de maio, o ministro Alexandre de Moraes deu 48 horas para que sete tribunais expliquem pagamentos que, em tese, ultrapassaram os limites definidos pelo próprio Supremo Tribunal Federal (STF).

A determinação foi direcionada aos Tribunais de Justiça do Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rondônia. Além das explicações, os presidentes das Cortes deverão apresentar ao Supremo as folhas de pagamento de abril, maio, junho e julho, discriminando todas as verbas remuneratórias e indenizatórias pagas a magistrados da ativa, aposentados e pensionistas. Moraes ainda advertiu que o descumprimento da ordem poderá resultar em responsabilização administrativa, civil e penal.

O caso ganhou repercussão porque, mesmo após o STF estabelecer novas regras para limitar os supersalários, as folhas de pagamento continuaram registrando valores muito acima do teto constitucional. Entre os casos mais expressivos de maio está o de uma magistrada do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), que recebeu R$ 537,9 mil no mês. No Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), um juiz recebeu R$ 272,1 mil. Também há registros superiores a R$ 223 mil no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Para colocar a decisão em prática, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) editaram, em abril, uma resolução conjunta padronizando quais verbas poderiam continuar sendo pagas. O ato extinguiu alguns benefícios, mas manteve outros, como auxílio-moradia, indenização de férias não gozadas, gratificações por exercício cumulativo e parcelas relacionadas ao tempo de carreira, estabelecendo critérios para esses pagamentos.

É justamente nesse ponto que está o centro da discussão. Embora a resolução tenha sido editada para regulamentar a decisão do STF, a interpretação adotada por alguns tribunais permitiu pagamentos que, na prática, continuaram superando os limites.